

Clipping Digital
18, 19 e 20/7/2020



**Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de
Minas Gerais - DER-MG**

Fontes de consulta:

Clipping Ideia Fixa, com matérias dos jornais impressos: [Estado de Minas](#), [Hoje em Dia](#), [O Tempo](#), [Minas Gerais](#), [Diário do Comércio](#), Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e o Correio Braziliense. Além de sites na internet, com notícias de rádios, TV e veículos do interior.



DIÁRIO DO COMÉRCIO

JOSÉ COSTA
FUNDADOR



DESDE 1932 - EDIÇÃO 24.145 - R\$ 2,50

BELO HORIZONTE, SÁBADO, 18, A SEGUNDA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 2020

Faturamento de 83,4% das micro e pequenas empresas tem queda

Apenas 6,6% das MPEs registram crescimento na receita em Minas com Covid-19

Com as atividades comprometidas pelas medidas de distanciamento social, 83,4% das micro e pequenas empresas (MPEs) mineiras registraram queda no faturamento, aponta a 9ª edição do estudo "O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios", elaborado entre os dias 25 e 30 de junho pelo Sebrae Minas. Apenas 5,4% das empresas mantiveram o faturamento estável e 6,6% conseguiram incremento. Entre as empresas que registraram alta na receita, 43% começaram a vender mais *on-line*, 38% informaram que passaram a fazer *delivery* e 33% atuam em segmentos essenciais.

A pesquisa mostra que 42% das empresas entrevistadas solicitaram contratação de crédito, das quais, 58% tiveram os pedidos negados. Outras 22% estão aguardando resposta e somente 20% conseguiram acesso a financiamento. Um dado importante revela que 39% possuem dívidas e empréstimos em atraso; 33% não têm dívidas e nem empréstimos; e 40% estão com dívida ou empréstimo com o pagamento em dia. Pág. 5



Levantamento do Sebrae Minas aponta que, entre as empresas que tentaram contratar crédito, 58% tiveram os pedidos negados

Mercado de produtos voltados para residências está em ascensão

A ampliação do *home office* com a pandemia do Covid-19 vem aquecendo o mercado de produtos destinados às residências. A Suggar, indústria mineira especializada em linha branca e seu braço no varejo, a Cook Eletrônico, viram a demanda crescer a partir de maio e registraram o melhor resultado para o mês de junho da sua história. Especializada em móveis planejados com mais de 800 unidades no País, a Itallinea planeja abrir 60 lojas até o fim do ano. Com a ampliação da rede, a expectativa é aumento de 10% em relação a 2019. Pág. 9



A Itallinea prevê abertura de 60 lojas até o fim do ano

Cresce a demanda do agronegócio pelo uso de energia fotovoltaica

Os produtores rurais vêm recorrendo à energia solar para reduzir os custos e garantir o fornecimento. Em Minas Gerais, um projeto desenvolvido no município de Perdigões, no Triângulo, criou o primeiro pivô de irrigação totalmente movido por uma usina fotovoltaica, que será lançado até o fim do mês no mercado. Com potência de 128 kWp, o sistema alimenta um pivô capaz de irrigar 96,4 hectares por uma média de seis a oito horas por dia. Pág. 8



A irrigação tem custo menor com uso de energia solar

ARTIGOS Pág. 2 e 3

Novo Marco do Saneamento sancionado com vetos

(Thiago Toscano, Otávio Maia, Thiago Borges e Victor Cesarini)

Meio ambiente, Queiroz, mídia, comparações

(Cesar Vanucci)

O stress e a inadimplência

(Victor Loyola)

A matemática da democracia e a reconquista da política

(Fernando Mânica)

O Leão, a Feticheira e o Guarda-Roupa econômicos

(Alex Fabiane Teixeira)

Estado pode elevar investimentos após a ALMG aprovar PEC da previdência

A reforma da previdência do Estado, em tramitação na ALMG, é essencial para reduzir o déficit fiscal do governo mineiro e melhorar o ambiente econômico. Na avaliação de economistas e entidades empresariais, se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 35/20) e o Projeto de Lei Complementar (PLC 46/20) forem aprovados, Minas Gerais poderá aumentar os investimentos em outras áreas, como em obras de infraestrutura, o que contribuirá para o aumento da competitividade. Pág. 7

Governo de Minas foca nos projetos de privatizações como prioridade até 2021

Após a aprovação da reforma da previdência do Estado na ALMG, os esforços do governo mineiro serão direcionados aos projetos de privatizações, considerados fundamentais pela equipe econômica do governador Romeu Zema para o equilíbrio fiscal de Minas. A primeira prioridade é a venda da Codemig, cujo projeto já foi enviado ao Legislativo. As propostas de desestatização da Cemig, Copasa e Gasmiig somente deverão ser encaminhadas à Assembleia em 2021. Pág. 6

EDITORIAL

No governo atual, o assunto CPMF foi ventilado várias vezes e numa dessas ocasiões custou o cargo ao até então prestigiado secretário da Receita, o ex-deputado Marcos Cintra. Muita água rolou, faltou apetite verdadeiro para dar peso e medida ao prometido ajuste fiscal, que viria acompanhado de reformas que também não aconteceram, e o que já era ruim ficou pior com a pandemia e seus efeitos sobre a economia. Motivos bastantes para o assunto voltar à mesa, primeiro mencionado pelo vice-presidente da República e, em rápida sequência, também pelo ministro da Economia. Guedes agora promete enviar à Câmara dos Deputados, se possível ainda neste mês, a proposta para uma reforma tributária na qual poderia estar embutido algum tipo de imposto sobre movimentação financeira. "Lentes do otimismo", pág. 2



Dólar - dia 17	Euro - dia 17
Comercial	Compra: R\$ 6,1182 Venda: R\$ 6,1210
Compra: R\$ 5,3816 Venda: R\$ 5,3824	
Turismo	Ouro - dia 17
Compra: R\$ 5,3600 Venda: R\$ 5,6800	Nova York (onça Troy) Lts 1.810,01
Flux (BC)	Compra: R\$ 5,3504 Venda: R\$ 5,3510
	BM&F (g) R\$ 311,43

TR (dia 20)	0,0000%
Poupança (dia 20)	-0,1303%
IPCA-IBGE (junho)	0,26%
IPCA-Ipead (junho)	0,33%
IGP-M (junho)	1,56%



ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 2020

MG R\$ 2,30 NÚMERO 26.817 FRENTEMENTO DA EDIÇÃO: 22834



Motoristas profissionais continuam cumprindo seu papel primordial para a sociedade, mas sofrem com o risco de contaminação pelo coronavírus e também com a desconfiança das pessoas por onde passam

CARONA PARA O MEDO E PARA O PRECONCEITO

Os trabalhadores da saúde têm se desdobrado para conter a pandemia do coronavírus e tentar salvar o maior número de vidas possível. Mas outras categorias também são fundamentais para manter as cidades funcionando, e os profissionais que trabalham com transporte, seja de carga ou de pessoas, são dos mais importantes neste contexto. E é para contar sobre as angústias de quem vive à frente do volante que o EM inicia hoje uma série de reportagens.



Os motoristas tomam suas precauções para evitar o contágio, mas às vezes é difícil evitar o contato com outras pessoas, como nas centrais de abastecimento de alimentos, por exemplo. E sem contar os condutores de ambulância, que correm risco diariamente. Justamente por isso, a categoria sofre com o perigo da infecção pela COVID-19 e também com o preconceito por onde passa. Na primeira reportagem da série, confira os relatos dos caminhoneiros. PÁGINAS 8 E 9



CONTAMINADOS PELO DESRESPEITO

Apesar dos 92.972 casos e dos 1.982 mortos registrados em Minas por causa do COVID-19, muitos insistem em desrespeitar os regras impostos pelo poder público para tentar conter o avanço do vírus. Em Belo Horizonte, o EM flagrou várias pessoas invadindo a Praça da Assembleia (acima), que está cercada por grades há meses, para fazer os exercícios matinais, independentemente da proibição imposta pela prefeitura. No Tapa do Mundo, em Brumadinho, um incêndio flagrou pessoas que também não deveriam estar lá.



Em Santos, litoral paulista, o desembargador Eduardo Siqueira (ao lado), do Tribunal de Justiça de São Paulo, que deveria ser o primeiro a dar exemplo e respeitar o decreto da prefeitura local, que obriga o uso de máscaras em locais públicos, não admitiu ser multado por um guarda municipal, chamou o agente de analfabeto, resgou a multa e foi embora. Vídeos que circulam na internet mostram que não é o primeiro vez que ele faz isso. Ontem, o Brasil atingiu a marca de 2.098.389 pessoas com COVID-19 e 79.488 óbitos pela doença. PÁGINA 5

TRAGÉDIA DE MARIANA//Laços familiares entre promotora e advogado da Vale podem anular decisões PÁGINA 4

EM CULTURA
Mostras de cinema virtuais
Principais eventos do setor audiovisual em Minas serão realizados on-line no segundo semestre. A Mostra CineBH será entre 29 de outubro e 2 de novembro. CAPA

A briga para fugir da degola
Na segunda matéria da série sobre o retorno do futebol em Minas, confira como os ameaçados Tupynambés, Villa Nova, Boa e Coimbra estão se preparando para tentar fugir do rebaixamento no Mineiro. PÁGINA 14

ENTREVISTA//AGOSTINHO PATRUS
“Há uma tendência por alíquotas progressivas”
Em entrevista exclusiva ao Estado de Minas, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Agostinho Patrus (PV), disse que a votação do projeto de reforma da Previdência do estado deve ocorrer em meados de agosto e revelou que “o que o gente sente na Assembleia é que há uma tendência por alíquotas progressivas”, um dos pontos polêmicos do projeto. PÁGINA 3

GOOGLE
O SOTAQUE MINEIRO DO GIGANTE COMPLETA 15 ANOS
Com a compra da startup mineira Akwan em 20 de julho de 2005, o Google fincou o pé no Brasil e escolheu BH para ser sua primeira sede no país. Funcionários lembram o início da trajetória e falam sobre a importância do trabalho realizado em Minas. PÁGINA 11

ROBERTO BRANT
Conciliar as diferenças em benefício de todos é a tarefa dos grandes líderes. PÁGINA 2
AMAURI SEGALLA
Empresas já planejam o retorno aos escritórios, apesar do home office ter agrudado. PÁGINA 12



Assinaturas e serviço de atendimento: Belo Horizonte: (31) 3263-5800
Assinatura Uai: 0800 031 5000 • Baixe o aplicativo Estado de Minas na Google Play ou Apple Store.

WhatsApp: (31) 99402-0234

DIÁRIOS ASSOCIADOS

Auxílio emergencial. Governo começa a pagar hoje nova parcela do benefício. **Página 9**

O TEMPO

R\$ 2,00 (outros Estados R\$ 3,00) - www.otempo.com.br - Belo Horizonte - Ano 24 - Número 8619 - Segunda-feira, 20/7/2020

Live do Tempo
Marcio Cadar
abre série
sobre rumos
da economia

Página 9



CRISTIANE MITOS

Covid-19. Prefeitura instala dez postos de fiscalização, e Guarda confirma primeiras multas

BH pune 'sem máscaras' e reforça barreiras sanitárias

Estudo mostra que todos os mortos na capital apresentavam fatores de risco

A partir de hoje, dez novas barreiras sanitárias começarão a funcionar em Belo Horizonte — três delas em estações de transporte coletivo — em uma nova ação para fechar o cerco contra o coronavírus em

um momento que o número de mortes por Covid-19 se aproxima de 2.000 no Estado. Na capital, todas as 329 vítimas até a sexta-fei-

ra passada apresentavam pelo menos uma comorbidade, e a maioria tinha mais de 60 anos. Ontem, em operações para reforçar as medidas de prevenção, a Guarda Municipal aplicou pelo menos duas mul-

tas por falta de uso da máscara. A medida tem sido aplicada em várias partes do mundo e do Brasil. Em SP, desembargador multado chamou guarda de "analfabeto". **Página 5**



EUSEBIO MENDONÇA/ILUSTRAÇÃO

SÓ CONFORTO

Cheios de estilo, pijamas viram o hit da quarentena.

Pandora. **Página 17**

DIA DO AMIGO

Intimidade e confiança aproximam relação do amor.

Interessa. **Página 13**

Larissa Nunes

Soltando a voz contra os preconceitos

Atriz e cantora expõe questões do racismo e do machismo com sua personagem Ivone, em "Coisa Mais Linda", e fala sobre EP que gravou e lançou no isolamento social. **Página 16**



LIARLEN VALLEJO

BOA AÇÃO

O artista plástico Willam Santos promove rede de apoio a cachorros e gatos abandonados em Vespasiano e arrecada mais de 150 kg de alimentos. **Página 7**

Assembleia

ESTADO DE CALAMIDADE VAI VIGORAR ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO.

Página 6

Recuperação

MINEIRO QUER QUE VITÓRIA SOBRE VÍRUS ENSINE ESPERANÇA.

Página 7

Profissionais de saúde

Enfermagem é o maior alvo do vírus

Técnicos e enfermeiros somam mais da metade dos profissionais contaminados em BH. Sindicato cobra intensificação dos testes. **Página 8**



CARDO/ILUSTRAÇÃO

Pequenos negócios

Crise força demissão em um quarto das empresas

Pesquisa do Sebrae Minas mostra como dificuldade de acesso a crédito e falta de reserva forçaram os pequenos empreendedores a cortar pessoal para enfrentar a crise. **Página 12**

Transplantes em MG

Doação de órgãos cai 15% com a pandemia

Infecção de possíveis doadores leva ao descarte de órgãos e aumenta risco na fila de espera. Celebrando cinco décadas de primeiro transplante, HC faz cirurgia inédita em criança. **Páginas 19 e 20**

SUPER.FC

NOVA CAMISA

Atlético e Le Coq apresentam uniformes da temporada.

Página 22

COLONISTA

VITTORIO MEDIOLI
A imunidade vibracional

Página 2



HOJE EM DIA

FIQUE POR DENTRO COM TODOS OS CANAIS DO HOJE EM DIA

- ON-LINE
- HOJEEMDIA.COM.BR
- FACEBOOK.COM/JORNALHOJEEMDIA
- INSTAGRAM @JORNALHOJEEMDIA
- TWITTER @JORNALHOJEEMDIA
- WHATSAPP - 31.98372-1031

12°C A 23°C
FREQÜENTEMENTE NUBLADO



SEGUNDA
BELEZA/FRONTE/MS

20 JUL 20



Consentir moradores é deua de que é preciso mudar hábitos para combater a Covid é um dos desafios da secretária de Assistência Social da PBH, Maíra Colares. PÁGINA DOIS

HOJEEMDIA.COM.BR - ANO XXXII - Nº 11.388
ASSINATURA/RELACIONAMENTO COM O ASSINANTE: (31) 3236-8000 - HOJEEMDIA.COM.BR/ASSINE
WHATSAPP: (31) 98487-0510 - E-MAIL: ATENDIMENTO@HOJEEMDIA.COM.BR

COVID FAZ AÇÕES TRABALHISTAS AUMENTAREM 1.887% EM MINAS

Estado é o terceiro com maior número de processos movidos contra patrões por descumprimento de direitos durante a pandemia. Em quatro meses, total

chega a 6.500, somando R\$ 422 milhões em pedidos de reparação. Maioria diz respeito a verbas rescisórias não pagas ou quitadas de forma incorreta após a

dispensa de empregados. Veja o que pode e o que não pode nas relações entre empresas e funcionários neste período de calamidade. PRIMEIRO PLANO - P.4

LUCAS PRATES

SINTOMAS MODERADOS E LONGA RECUPERAÇÃO

Cansaço ao menor esforço físico, febre e perda do olfato acompanham vários doentes de Covid após a "cura" - Inclui quem nem precisou ficar internado. HORIZONTES - P.10

HORIZONTES - P.11

COQUETEL PERIGOSO

Disseminadas no WhatsApp, "receitas" que combinam remédios são tão preocupantes quanto o coronavírus.

ALMANAQUE - P.12

OUTROS RUMOS

Ele é Instrumentista. Agora, veio cantar o que compôs. "Tempo dos sonhos" marca nova fase de Guilherme Schwab.



ALÍVIO - Cláudia Bartolomeu só voltou a sentir cheiro três meses depois do diagnóstico positivo; cansaço físico também a castigou

MOURÃO PINCK/AMÉRICA

BRUNO CANTINI/ITÉLICO

BRUNO WOOD/CRUIZEIRO

UM GIRO PELAS NOVE RODADAS DO ESTADUAL

Com a bola prestes a voltar aos gramados, é bom refrescar a memória com o que rolou no Mineiro antes do coronavírus bagunçar o melo de campo. De troca de técnicos a chuva, os fatos marcantes para o torcedor entrar no ritmo. ESPORTES - P.13



FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 • Nº 33.346

SEGUNDA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 2020

R\$ 5,00

Câmara quer uma reforma de impostos mais ampla

Apesar de apoiarem ideias do governo como aumento de impostos como IBS e Coafins, líderes da Câmara defendem um debate mais amplo de reforma tributária, que inclua também tributos estaduais. A pasta da Economia deve entregar sua proposta nesta terça. Mercado A14

Polarização faz crescer processos de calúnia e injúria

Podet A5

Luciano Huck País pode ser a maior potência verde do mundo

O Brasil deve ser a maior potência verde do planeta, baseada na riqueza inclusiva e sustentável e na restauração ambiental. Não temos hoje uma liderança que enxergue essa oportunidade. Ambiente B6



Trem em túnel do Metrô de São Paulo, que perdeu receita com a pandemia saúde/terceira/folhapress

Transporte sobre trilhos perde R\$ 4 bi na pandemia

Setor de trens e metrô, vital nas grandes cidades, registra 34% da ocupação anterior ao coronavírus

A pandemia da Covid-19 derrubou a demanda de passageiros no transporte sobre trilhos no Brasil, fazendo o setor contemplar o fechamento de serviços.

Segundo a ANPTilhos, entidade da área, empresas que prestam esse serviço vital à mobilidade nas grandes cidades já perderam R\$ 4 bilhões com a doença.

A ocupação de trens hoje é 34% do que era antes da emergência da Covid-19. Antes das medidas de reabertura, o índice chegou a 20%. Sistemas de metrô e trens urbanos transportavam, antes da pandemia, 12 milhões de pessoas por dia no país.

Os trens "não foram feitos para andar vazios ou não se viabilizam", diz Joubert Flores (ANPTilhos).

Ele cita que 75% dos custos operacionais do modal são fixos, diferentemente daqueles registrados nos ônibus, mais flexíveis.

A situação é considerada mais grave no Rio de Janeiro, onde a operação depende exclusivamente da tarifa cobrada do usuário.

Em São Paulo, a situação é aliviada pela exploração de outros serviços, como áreas comerciais em estações. Ainda assim, o governo estadual reconhece a gravidade da crise. Saúde B1

Esporte B11
Volta do Paulista sem torcida frustra fãs mais assíduos nos estádios

Folhainvest A12
Novo sistema de pagamentos, Pix promete acirrar concorrência

Catarina Rochamonte
Perdoar o PT é moralmente inaceitável
Opinião A2

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	2 mi	79,5 mil
Óbitos*	33,4 mil	1.055
Variação**	-9,9%	1,9%
Gráfico		Acelerado

Estágios da pandemia

- Acelerado
- Estável
- Desacelerado
- Reduzido



Estados com mais óbitos

Rank	Estado	Total
1º	SP	19,7 mil
2º	RJ	12,1 mil
3º	CE	7,2 mil

Situação nos municípios

- Acelerados
- Brasília (DF)
- Campinas (SP)
- Curitiba (PR)
- Belo Horizonte (MG)
- Reduzidos
- Fortaleza (CE)
- Bahia (BA)
- Recife (PE)
- Manaus (AM)

Dados das 20h de 19 jul
*Média móvel de 7 dias
**Em relação a 14 dias



FOTOS CAPTAM IMPACTO DA FOME NA PANDEMIA EM SÃO PAULO

Membro da igreja Palavra Viva entrega marmita a moradores da comunidade Fazendinha (SP); Lalo de Almeida faz ensaio sobre a fome na pandemia saúde B2

EDITORIAIS A2
Correto, mas inábil
Sobre veto de Bolsonaro em lei do saneamento.

Armadilha à vista
Acerra de efeitos da disputa entre EUA e China.



AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 266.747.084
VISTANTES ÚNICOS 44.825.539

Em Campos do Jordão, turistas comem na calçada

Turistas acostumados com serviços de alto padrão na temporada de inverno em Campos do Jordão (SP) estão, sob a pandemia, comendo na calçada na cidade. Bares e restaurantes locais seguem fechados. Cotidiano B4

Desembargador rasga multa por não usar máscara

Um desembargador de São Paulo chamou um guarda de analfabeto ao ser multado por estar sem máscara em Santos. Eduardo Siqueira rasgou a autuação. O TJ e o Conselho Nacional de Justiça apuraram o caso. Cotidiano B4

Ala pró-Lava Jato quer derrubar decisão de Toffoli

A ala do Supremo Tribunal Federal favorável à Lava Jato quer derrubar o compartilhamento dos dados da operação com a Procuradoria-Geral da República, como decidiu em liminar o presidente da corte, Dias Toffoli. Poder A4

ENTREVISTA DA 2ª Maciej Kisilowski Eleição polonesa é um alerta sobre o risco à democracia

Para pesquisador polonês, a apertada reeleição do populista Andrzej Duda, "um golpe mortal para a democracia", deve servir de aviso à oposição brasileira a Jair Bolsonaro. An



Acesso grátis para o assinante

Baixe agora o aplicativo do GLOBO, eleito o melhor da América Latina, apontando a câmera para o código ao lado



Pedro: 'Nós vamos seguir em frente, fortes e ainda mais unidos' PÁGINA 22



O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 2020 - ANO XLV - Nº 31.709 - PREÇO DESTA EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00

Um Rio sob 'novo normal'

FOTO: BRENNO CARVALHO



Apesar de índice médio de isolamento relativamente elevado na cidade, a orla da Zona Sul e points, como a Mureta da Urca (foto), voltaram a ter ontem grande movimento, típico de domingos de sol. Nas praias, o calçadão ficou cheio e PMs precisaram orientar os transeuntes para manter o distanciamento. PÁGINA 11

ARSENAL PRIVADO

Em 10 anos, total de armas novas para civis sobe 601%

Aumento de registros ocorreu em 26 unidades da federação

Medidas que flexibilizaram o acesso às armas de fogo, aceleradas no governo de Jair Bolsonaro, levaram a uma disparada no número de novos armamentos no pa-

is. Dados obtidos pelo GLOBO via Lei de Acesso à Informação mostram que, em 2009, 8.692 novas armas foram registradas por cidadãos comuns — o número sal-

tou para 60.973 no ano passado. Em 2020, até abril, foram 33.776. Das 27 unidades da federação, houve queda apenas no Amazonas. PÁGINA 4

STJ liberta réus com pouca quantidade de drogas

O Superior Tribunal de Justiça tem concedido um habeas corpus a cada 15 dias para pessoas presas com pequenas porções de maconha, haxixe, cocaína, crack ou ecstasy. O objetivo é libertar presos de bons antecedentes e sem conexão com organizações criminosas. PÁGINA 8

FERNANDO GABEIRA
Freud explica a política de negação do governo PÁGINA 2

CACÁ DIEGUES
Esperança de um mundo mais leve após a pandemia PÁGINA 3

ANTÔNIO GOIS
Um truque para desidratar o Fundeb PÁGINA 8

Internações por Covid desabam na rede privada do Rio

Hospitais do Rio estão observando uma redução drástica nas internações de pacientes com Covid-19. No fim de semana, o Samaritano de Botafogo ficou sem nenhum paciente com a doença. Em hospitais da Rede D'Or e no Pró-Cardiaco, o número não chega a 10% do auge da pandemia. PÁGINA 11

SEGUNDO EM QUARENTENA

Cinema como manda o (atual) protocolo

Os atores Bruna Guerin e Gabriel Godoy, que vivem juntos em São Paulo, são orientados pelo diretor André Pelizzari, do Rio (no tablet), na filmagem do primeiro longa brasileiro feito a distância.



E assim, na Americovid do Norte e do Sul... *CHANCE*



Contra Bolsonaro, Flávio Dino planeja 'MDB da esquerda'

Governador do Maranhão articula a criação de um novo partido de esquerda, a partir da fusão entre PSB e PCdoB, mirando as eleições de 2022. PÁGINA 7

Crédito chega aos pequenos, mas se esgota rapidamente

Com forte demanda, os R\$ 15,9 bilhões do Pronampe, linha para pequenas empresas, acabaram em menos de um mês. Câmara vota hoje ampliação do programa. PÁGINA 15

Mais de R\$ 1 bi em compras da Covid no Rio estão sob análise

Órgãos técnicos se debruçam sobre mais de R\$ 1 bilhão em compras emergenciais de municípios do Rio na pandemia. O TCE já fez 22 representações contra irregularidades. PÁGINA 10

Desembargador sem máscara ofende guarda em Santos

O CNJ vai investigar a conduta do desembargador Eduardo Almeida Prado, que desrespeitou um guarda municipal que o multou por andar sem máscara, em Santos. PÁGINA 9

PANDEMIA



Estado de calamidade pública é estendido até o fim do ano

Com avanço da pandemia em Minas, decreto segue em vigor por mais tempo

■ LUCAS MORAIS

■ Diante dos quase 100 mil casos confirmados de coronavírus e da triste marca de quase 2.000 mortes pela doença – índice próximo ao da Argentina, que tem o dobro da população mineira –, o avanço da pandemia em Minas Gerais levou à prorrogação do estado de calamidade pública. Com a aprovação do pedido do governador Romeu Zema (Novo) pela Assembleia Legislativa, o decreto segue em vigor até o dia 31 de dezembro de 2020.

Segundo o Executivo estadual, a medida garante uma maior agilidade nas

ações de combate à Covid-19, como contratação de equipes médicas, compra de respiradores e equipamentos para as Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), além da abertura de novos leitos nos hospitais. Com isso, o Estado e os municípios mineiros que tiveram a situação de calamidade reconhecida pelos parlamentares seguem dispensados de realizar licitações públicas para a contratação dos serviços.

Outra facilidade trazida pelo decreto é a liberação dos governos em cumprirem os resultados fiscais estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2020. Na prática, devido ao elevado aumento dos gastos públicos para reduzir a propagação do coronavírus, os políticos ficam isentos de penalidades caso

elevem o déficit nas contas.

Em dezembro de 2019, o projeto aprovado pela Assembleia previa um rombo de pouco mais de R\$ 13 bilhões. Porém, a previsão do governo é que a pandemia incrementalmente a diferença entre despesas e arrecadação para R\$ 20 bilhões neste ano. A situação de calamidade foi decretada pela gestão Zema no dia 25 de março, quase 20 dias depois da confirmação do primeiro caso de corona-

vírus no Estado – um morador de Divinópolis, na região Centro-Oeste.

DESPESAS. Na última semana, o governador Romeu Zema entregou aos parlamentares mineiros o primeiro relatório trimestral sobre as ações do Executivo neste ano, previsto pelo programa Assembleia Fiscaliza – instituído em fevereiro de 2019. Na ocasião, o presidente da ALMG, Agostinho Patrus (PV), afirmou que o governo não cumpriu o percentual mínimo de 12% de gastos no setor da saúde.

Já o Executivo enfatizou que, dentre as medidas emergenciais adotadas por conta do avanço do coronavírus, estão a “compra de respiradores, a criação do Hospital de Campanha e o investimento na ampliação de leitos”.

Saiba mais

Resposta. A gestão Zema ainda informou que o relatório entregue à ALMG detalha ações como o Minas Consciente, o Bolsa Merenda e a compra de máscaras e outros itens.

Triste marca

Estado atinge 92,9 mil casos

+ Com 18 mortes registradas nas últimas 24 horas, Minas Gerais se aproxima de 2.000 óbitos por Covid-19 no Estado. De acordo com boletim divulgado ontem pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG), já chega a 1.982 o número de pessoas mortas no Estado.

Já o índice de casos confirmados pelo novo coronavírus

é de 92.972, sendo 2.097 só nas últimas 24 horas. A taxa de letalidade está em 2,1%. Do total de casos confirmados, 65.719 pacientes se recuperaram, enquanto 25.271 pessoas seguem em acompanhamento.

PERFIL. Entre as pessoas que morreram de Covid-19 em Minas Gerais, 76% tinham

60 anos ou mais e 83% possuíam comorbidades, principalmente doença cardiovascular, hipertensão e diabetes. A maioria (57%) era do sexo masculino.

Entre os 853 municípios mineiros, 341 (40%) registraram óbitos por Covid-19 e 771 (90,3%) tiveram casos confirmados. **(Lucas Henrique Gomes)**



Dados da Covid

92.972

casos foram confirmados em Minas Gerais

1.982

pessoas já morreram no Estado com a doença

2.098.389

pacientes foram infectados no Brasil pelo vírus

79.488

pessoas vieram a óbito no país até agora



Trem em túnel do Metrô de São Paulo, que perdeu receita com a pandemia Karime Xavier/Folhapress

Transporte sobre trilhos perde R\$ 4 bi na pandemia

Setor de trens e metrô, vital nas grandes cidades, registra 34% da ocupação anterior ao coronavírus

A pandemia da Covid-19 derrubou a demanda de passageiros no transporte sobre trilhos no Brasil, fazendo o setor contemplar o fechamento de serviços.

Segundo a ANPTrilhos, entidade da área, empresas que prestam esse serviço vital à mobilidade nas grandes cidades já perderam R\$ 4 bilhões com a doença.

A ocupação de trens hoje é 34% do que era antes da emergência da Covid-19. Antes das medidas de reabertura, o índice chegou a 20%.

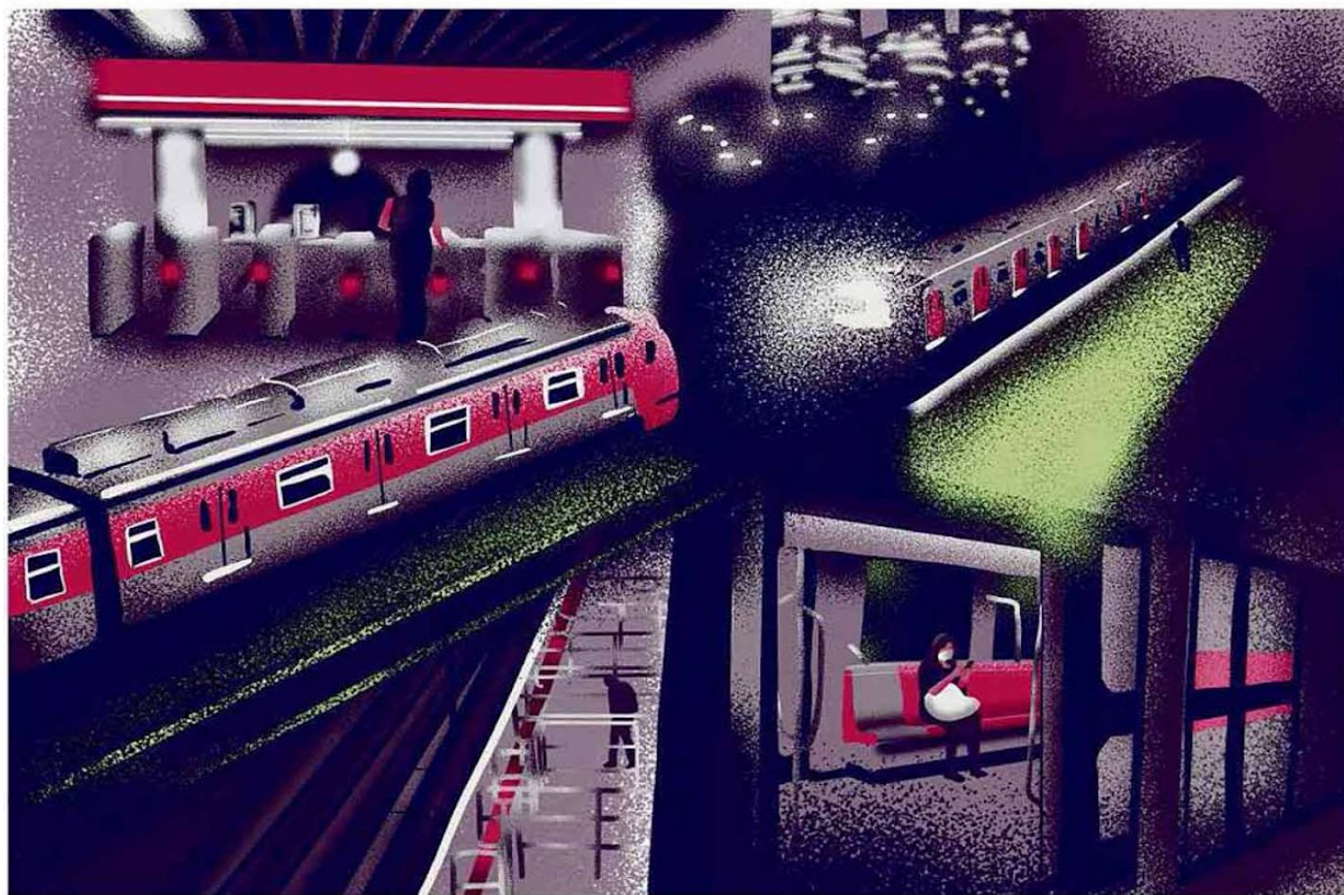
Sistemas de metrô e trens urbanos transportavam, antes da pandemia, 12 milhões de pessoas por dia no país.

Os trens “não foram feitos para andar vazios ou não se viabilizam”, diz Joubert Flores (ANPTrilhos).

Ele cita que 75% dos custos operacionais do modal são fixos, diferentemente daqueles registrados nos ônibus, mais flexíveis.

A situação é considerada mais grave no Rio de Janeiro, onde a operação depende exclusivamente da tarifa cobrada do usuário.

Em São Paulo, a situação é aliviada pela exploração de outros serviços, como áreas comerciais em estações. Ainda assim, o governo estadual reconhece a gravidade da crise. **Saúde BI**



Carolina Daffina

Transporte sobre trilhos no país sofre perda bilionária e ameaça parar

Concessões podem ficar mais caras e expansão das redes de metrô fica ameaçada diante da pandemia

VIDA PÓS-VÍRUS

Artur Rodrigues
e Thiago Amâncio

SÃO PAULO O assistente administrativo Marco Aurélio dos Santos, 45, passa mais de quatro horas todos os dias no trem e no metrô de São Paulo.

Entre o Campo Limpo (extremo sul), onde mora, até Guaianases (zona leste), onde trabalha em uma unidade de saúde, ele registra o movimento dos trens com o celu-

lar, faz boletins que posta nas redes sociais e costuma cobrar o governo estadual sobre melhorias.

Embora ainda pegue parte do trajeto com trens cheios, Marco Aurélio diz que na maior parte do caminho as composições têm lotação muito menor do que a que encarava antes da pandemia.

Os números confirmam a percepção de Marco Aurélio. Segundo a ANPTrilhos, a demanda por esse tipo de transporte chegou a cair 80%, e hoje está em torno de 34% do que

era antes, com as medidas de reabertura nos municípios.

Os sistemas de metrô e trens, que transportavam 12 milhões de pessoas por dia no país antes da pandemia da Covid-19, já acumulam R\$ 4 bilhões de perda de receita neste ano e ameaçam parar.

O transporte sobre trilhos é visto como o mais eficiente para as grandes cidades. No entanto, diante das incertezas, ele pode ser permanentemente afetado, colocando em xeque o modelo de expansão e manutenção da re-

de por meio de concessões à iniciativa privada.

As empresas têm se virado para cortar custos, mas a redução está longe de ser simples.

“Estamos falando de transportes de alta capacidade, que não foram feitos e pensados para andar vazios, ou não se viabilizam”, diz Joubert Flores, da ANPTrilhos. “Nos ônibus há um ajuste mais fácil de fazer, dá para reduzir algumas linhas. No metrô ou trem, 75% do custo da operação é fixo, tem mão de obra, energia e manutenção que não dá pra cortar. Então

baixa 80% da sua receita e você não consegue reduzir 30% do seu custo”, afirma.

A situação do Rio é a mais complicada. Os administradores dizem que não há mais caixa para rodar depois de agosto.

O Metrô Rio é a empresa privada que assumiu a concessão do serviço em 1998. O contrato, antigo, não prevê subsídio para a operação, ou seja, a empresa deve se manter sozinha. Hoje, cerca de 95% do caixa vem das tarifas pagas pelos passageiros, e o restante vem de publicidade e aluguel de lojas, que também perderam valor com a queda na demanda.

Segundo o presidente da empresa, Guilherme Ramalho, a companhia já perdeu

R\$ 270 milhões em receita, número que deve chegar a R\$ 500 milhões até o fim do ano. Ele diz que a empresa tem tido um prejuízo mensal de R\$ 35 milhões.

“É um problema de liquidez inédito. Não existe paralelo de uma queda sustentada que chegou a 87% no auge da pandemia. E temos uma recuperação muito lenta, com pessoas procurando se deslocar por outros modos”, afirma.

Para reduzir os gastos, os investimentos em melhorias foram todos paralisados, e a empresa precisou suspender contratos de trabalho e reduzir salários. Caso não haja uma solução emergencial, Ramalho diz que prevê um desmonte do setor, com absorção dos passageiros pelo transporte rodoviário, legal ou ilegal — como vans. “O prejuízo fica para o cidadão”, diz.

A Supervia, empresa que opera os trens urbanos da capital fluminense, passa por situação parecida e também ameaça suspender operações. Juntas, as empresas têm demandado um aporte financeiro emergencial do governo do Rio a curto prazo e discutem formas de reequilibrar a operação a médio prazo.

“O Rio pode fechar antes e outras cidades podem aguen-

tar por um tempo, mas uma hora o fôlego vai acabar”, diz Flores, da ANP Trilhos.

O secretário de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Alexandre Baldy, que cuida do Metrô e da CPTM (trens urbanos), afirma que a situação é grave. “Não existe empresa que se sustente com queda de receita de 80%.”

O estado chegou a fazer um plano que prevê uma escala com cinco níveis para a gravidade da doença na região metropolitana. Na última, poderia fechar estações e suspender parte da operação. Segundo Baldy, hoje estamos no nível 2, mas a situação já foi mais grave, sobretudo porque o Metrô chegou a ter 53% de seus funcionários afastados, comprometendo a operação — hoje essa taxa está em 25%.

A secretaria prevê uma perda de receita de R\$ 1 bilhão até o fim do ano. O problema não é só a tarifa, mas também o comércio fechado nas estações e as concessões de espaços como os shoppings Metrô Tatuapé, Itaquera e Santa Cruz.

Para economizar, o governo avança em diferentes áreas. Ofereceu o trabalho remoto permanente e espera uma adesão de 600 funcionários. Dos quatro prédios administrativos do Metrô, deve fechar

três. Além disso, conta também com concessões já previstas, como as áreas comerciais das 14 estações da linha 2-verde do metrô e os espaços publicitários da CPTM.

Diferentemente do Rio, as operações privatizadas em São Paulo não dependem da tarifa. As linhas 4 e 5 do metrô paulista são operadas pela CCR, que administra também o metrô de Salvador e o VLT do Rio.

Os contratos de concessão já preveem um equilíbrio financeiro de modo que não sejam impactados nem por congelamentos ou aumentos tarifários. Há um fundo que paga a remuneração se as operações não garantirem o valor mínimo previsto no contrato.

O presidente da CCR Mobilidade, Luis Valença, afirma que a perda é grande, mas espera uma recuperação até o fim do ano. Como os contratos de concessão são de longo prazo, a compensação pode se dar nos anos seguintes.

A empresa espera uma perda de R\$ 450 milhões até o fim do ano. “Mantida a nossa previsão de recuperação de demanda, com a retomada gradual da economia, a gente imagina que nossa capacidade financeira seja suficiente para suportar essa

➤ Série trata do futuro do transporte após a pandemia

A **Folha** mostra, na série O Futuro do Transporte, como a pandemia afetou e ainda afetará o modo de se locomover no país. Este terceiro capítulo aborda os desafios que enfrentam os transportes sobre trilhos com a redução no número de passageiros e as restrições impostas pelo coronavírus



Passageiro na estação Corinthians-Itaquera do metrô paulista, na linha 3-vermelha, zona leste da capital Karime Xavier/Folhapress

operação”, diz ele.

Em comum, os gestores afirmam que é preciso repensar o modelo de financiamento, principalmente com uma taxa sobre o transporte individual para pagar o transporte público. Também há um entendimento de que o governo federal possa passar a arcar com uma fatia dos custos.

“Sem querer ser pessimista, mas o dia seguinte não vai ser fácil. Hoje, 70% dos usuários do transporte público o fazem para trabalhar. Se o desemprego aumentar, vai ter uma queda na demanda. Muitas empresas adotaram trabalho remoto, e uma pequena parte dos passageiros continuar trabalhando de casa por um período longo será mais uma perda na demanda e, conseqüentemente, da receita”, diz Flores.

Para o consultor em transporte Flaminio Fichmann, a situação do transporte diretamente sob domínio do estado é mais simples do que nos serviços concedidos.

A tendência, diz ele, é que empresas que gerem os servi-

ços busquem o poder público para conseguir reequilíbrios e que, no futuro, as concessões fiquem mais caras. Como há casos em que a iniciativa privada entra para realizar obras de expansão, num cenário de crise nos próximos anos o sonho de uma rede maior pode ficar mais distante.

“O investimento, principalmente a longo prazo, corre atrás de certezas. Quanto maior a incerteza, maior o valor a ser cobrado por qualquer proponente”, diz. Isso pode afetar não só os gastos do governo com o transporte mas também o custo para a população.

Fichmann diz que, além de um preço superior, outra possibilidade para amortizar o custo pós-pandemia é o aumento do tempo de concessões, de forma que os investimentos iniciais tenham mais tempo para ser recuperados.

O consultor acrescenta que os projetos para transporte sobre trilhos deverão se adaptar à nova realidade, uma vez que antes da pandemia a concentração de seis pessoas por metro quadrado parecia razoá-

vel dentro das composições. “Tem trecho da linha 3-vermelha do metrô [de SP] que tem mais de nove. Isso vai contra a política de distanciamento”.

Em São Paulo, no começo da pandemia, houve muitas reclamações sobre a quantidade insuficiente de trens e a conseqüente lotação. Com o passar dos meses, o intervalo dos trens foi diminuindo.

Mesmo com trens mais vazios hoje em dia, o assistente administrativo Marco Aurélio diz que o isolamento social parece algo impossível de se alcançar. “Não tem como. Você fica a poucos centímetros da outra pessoa”, diz ele.

Embora haja previsão de que a quantidade de passageiros demore a voltar ao patamar de anos anteriores, a expectativa é que até o fim do ano haja mais gente circulando. Especialistas afirmam que um escalonamento no horário de entrada da população no serviço poderia ajudar a diminuir os problemas de lotação nos horários de pico.

Novo atraso. Prevista inicialmente para março, concessão da “rodovia da morte” fica para o ano que vem

Governo federal adia para 2021 leilão da duplicação da BR-381

Sem recursos para as obras na rodovia, União tenta solução com setor privado

■ PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO
MARCELO DA FONSECA

O governo federal adiou para o primeiro semestre de 2021 a licitação da concessão da BR-381, a “rodovia da morte”, e da BR-262, entre Minas e o Espírito Santo. Apesar de ter afirmado em maio que a pandemia do coronavírus não afetaria os leilões deste ano, o Ministério da Infraestrutura informou que o atraso se deu porque os estudos precisaram ser atualizados em função da pandemia.

A incerteza sobre como será a recuperação econômica do Brasil no pós-pandemia e a diminuição do fluxo de veículos registrada nos últimos meses fizeram com que o governo passasse a estudar novas formas de deixar o leilão mais atraente para empresas.

Mesmo antes da pandemia, algumas empresas do setor já enfrentavam dificuldades. A Via 040, responsável por gerir a BR-040 entre Juiz de Fora e o Distrito Federal, pediu a rescisão

do contrato de concessão no ano passado. Em abril deste ano, a Concebra, empresa concessionária do trecho da BR-262 que vai de Betim até a divisa com Goiás, pediu relicitação do contrato.

A previsão anterior era que o edital da BR-381 e da BR-262 fosse publicado no primeiro semestre de 2020 e a concessão tivesse início até o fim do ano. Em maio, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, garantiu que as datas dos leilões no setor de infraestrutura seriam mantidas.

Em videoconferência com investidores, o ministro disse que a manutenção da agenda era “importante para afastar a nuvem de incertezas” e que havia condições para que as licitações ocorressem dentro do prazo previsto. “Não paramos nenhuma atividade dos nossos projetos de concessão”, disse o ministro.

O senador Carlos Viana (PSD) avalia que o principal objetivo do edital da BR-381 é assegurar que a empresa vencedora ofereça segurança de que as obras sejam executadas no prazo. “Estamos falando em investimento de R\$ 10,5 bilhões nos próximos anos. Se lançarmos o edital agora, como previsto, corre-



Alto risco. Trecho até João Monlevade é um dos mais perigosos do país, com elevado registro de mortes

o risco de não termos a concorrência necessária, a quantidade de empresas interessadas, e, principalmente, o risco de que alguém ganhe esse edital sem condições para executar as obras”, avaliou Viana. Ele lembra os problemas nas concessões das BRs 040 e 262 como exemplo de editais que fracassaram.

O edital de concessão da BR-381/BR-262 ainda não está finalizado. Após consulta

pública que terminou em maio, a previsão da Infraestrutura é que o documento seja enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) até o fim deste mês. O edital é publicado apenas depois da análise do órgão de controle.

No caso da BR-381, o trecho a ser concedido começa em BH e vai até Governador Valadares. Já a BR-262 será gerida pela iniciativa privada entre João Monlevade e a cidada-

de de Viana, no Espírito Santo. A ideia do governo federal é que a empresa vencedora duplique 595 km dessas rodovias. Desse, 202 km seriam duplicados entre o terceiro e o oitavo ano da concessão, enquanto o restante seria feito entre o 15º e o 20º ano. A conclusão da obra ficará para 2041, com o novo atraso no leilão.

A DUPLICAÇÃO SEM FIM DA BR-381

LOTES COM OBRAS EM ANDAMENTO **3 e 7**

(promessa de conclusão ainda em 2020, mas com recursos incertos e sem datas definidas)

TOTAL DUPLICADO ATÉ AGORA **28 km**

(do total de 303 km entre BH e Governador Valadares)



ALEXANDRE MOTA / O TEMPO

EDITORIA DE ARTE / O TEMPO

Ritmo lento Poucos trechos concluídos até agora

+ Apesar do adiamento do leilão, o governo federal manteve a previsão de entrega de dois trechos duplicados da BR-381 até o final do ano. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito (Dnit) realiza obras no lote 3.1, entre Jaguaruçu e o ribeirão Prainha, e no lote 7, entre o rio Una e a cidade de Caeté.

Esses lotes são os únicos com obras em andamento na via. Em 2014, a BR-381 foi fatiada em 11 trechos para que diferentes empresas assumissem a duplicação e as obras andassem mais rapidamente, o que não aconteceu. Diante da falta de in-

teresse da iniciativa privada e disputas judiciais, apenas dois lotes tiveram obras finalizadas (em viadutos e túneis) e poucos quilômetros foram duplicados até agora.

Segundo o Dnit, foram duplicados 15 km de pistas de um total de 37,5 km do lote 7. Além disso, seis pontes, dois viadutos e duas passarelas estão concluídas. Já no lote 3 (subdividido em três partes) foram duplicados 12,7 km dos 28,6 km de extensão, no chamado lote 3.1. Das 12 intervenções planejadas, como pontes, viadutos e passarelas, nove estão prontas e duas em andamento. A última intervenção, a ponte do ribeirão Prainha, ainda não foi iniciada.

O lote 3.2, que envolve os túneis Antônio Dias e Prainha, e o lote 3.3, o túnel do rio Piracicaba, foram concluídos. Ambos localizados entre Jaguaruçu e o ribeirão Prainha. O restante dos lotes permanece com obras inacabadas ou que nem começaram.

CONTAS PÚBLICAS

Assembleia aprova o Orçamento de 2021

O Projeto de Lei (PL) 1.966/20, do governador Romeu Zema, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021, foi aprovado em turno único, em Reunião Extraordinária do Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), na sexta-feira (17).

O texto aprovado confirma um agravamento das finanças do Estado, com um déficit previsto de R\$ 17,2 bilhões para 2021. É um crescimento de 29,5% em relação ao rombo previsto no orçamento deste ano.

Com a aprovação do projeto relativo à LDO, a Assembleia Legislativa fica autorizada a iniciar o recesso parlamentar, que regimentalmente ocorre entre 19 e 31 de julho. Em agosto, com a retomada dos debates e votações, já se programa a discussão e a votação

da reforma da previdência encaminhada pelo Governo do Estado.

Até lá, o presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus (PV), anunciou que serão analisadas cada uma das 244 propostas de alterações apresentadas por representantes sindicais e cidadãos durante o Seminário Reforma da Previdência do Estado.

O PL 1.966/20, que trata da LDO, foi aprovado de acordo com o parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), ampliada com membros das demais comissões permanentes da ALMG. Durante o encaminhamento de votação no Plenário, o relator do projeto na comis-

são, deputado Hely Tarquínio (PV), ressaltou que 60% das emendas parlamentares apresentadas foram acatadas, 19 delas na íntegra, e 45 outras na forma de 18 subemendas, que agruparam as propostas originais.

No total, foram 106 propostas de emendas ao PL 1.966/20 apresentadas por deputados, blocos parlamentares e pelo próprio governador. Foram rejeitadas 41 emendas e mais uma foi retirada pelo próprio autor. De acordo com Hely Tarquínio, as rejeições foram motivadas pela impossibilidade técnica ou operacional para sua concretização, por conterem dispositivos que já são operacionalizados ou por não se enquadrarem no escopo da LDO.

Durante o processo de votação, uma única emenda rejeitada foi votada separadamente, atendendo requerimento do deputado Cássio Soares (PSD), líder do Bloco Liberdade e Progresso. A emenda nº 5 determina a obrigatoriedade da destinação de recursos orçamentários para custeio do plano de benefícios do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), nos termos da Lei 10.366, de 1990.

O autor da emenda, deputado Sargento Rodrigues (PTB), e o líder do Bloco Sou Minas Gerais, deputado Gustavo Valadares (PSDB), divergiram no encaminhamento da votação da emenda, que acabou rejeitada por 37 votos contra 21.

Enquanto Sargento Rodrigues argumentou que a proposta não criava despesa

imediata para o governo, mas apenas abria caminho para uma negociação no fim do ano, Gustavo Valadares argumentou que essa negociação já estava assegurada, mesmo sem a aprovação da emenda. Ele disse ainda que a proposta viola a Lei Federal 13.954, de 2019, que reestruturou a carreira militar, e que, segundo parecer da Advocacia-Geral do Estado, revoga essa obrigação do Poder Executivo.

Sucessão de tragédias - A LDO dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária. Para 2021, ela prevê uma receita de R\$ 95,3 bilhões e uma despesa de R\$ 112,5 bilhões.

O crescimento de quase 30% no déficit é atribuído a uma sucessão de eventos negativos, como o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (Região Metropolitana de Belo Horizonte), em janeiro de 2019, as chuvas que atingiram a região Sudeste, em janeiro de 2020, e sobretudo a pandemia global causada pelo coronavírus.

Da receita total estimada, espera-se arrecadar R\$ 65,2 bilhões com tributos, puxados pelo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), responsável por 75,9% desse valor. A projeção do ICMS para 2021, na casa dos R\$ 49,5 bilhões, é inferior cerca de 3% ao total arrecadado em 2019, que chegou a R\$ 51 bilhões.

Para o próximo ano, o governo prevê que R\$ 103,2 bilhões, 91,7% das despesas, irão custear gastos obrigatórios, como pagamento de

pessoal e encargos sociais (50,78%), demais despesas constitucionais e transferências a municípios (21,86%) e despesas com pagamento do serviço da dívida (7,5%).

Um dos fatores preocupantes para o orçamento do Estado no próximo ano é referente ao déficit previdenciário, calculado em R\$ 20,8 bilhões. O Poder Executivo estima uma piora de 8,66% em relação a 2020.

Mudanças - Entre os temas tratados pelas emendas e subemendas parlamentares aprovadas estão a função social da escola, questões relacionadas à cultura e ao turismo, melhoria da mobilidade urbana e adoção de medidas de apoio aos municípios que tenham sido ou se encontrem em risco de serem atingidos por desastres ambientais.

Outras questões abordadas são o acesso à saúde, a redução das desigualdades e o combate à fome e à pobreza.

Também foram acatadas duas emendas do governador, que dispõem sobre a indicação e a anulação de recursos quando da apresentação de emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA); sobre a necessidade de as emendas ao projeto do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) que incluam novos programas, indicadores ou ações detalharem os atributos quantitativos e qualitativos; e sobre a compatibilização entre as emendas ao PPAG e à LOA aprovadas. (Com informações da ALMG)

AGOSTINHO PATRUS

Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)

Deputado destaca rigor na aplicação de recursos para combate à pandemia do novo coronavírus

'Momento é de gravidade, mas exige fiscalização'

HUMBERTO MARTINS

Quatro meses se passaram desde que o deputado Agostinho Patrus (PV), presidente da Assembleia de Minas Gerais, anunciou o início de uma quarentena na casa, como medida para conter a disseminação do coronavírus. De lá para cá, parlamentares e cidadãos passaram a conviver com uma rotina diferente, com votações remotas, decretação de estado de calamidade e diversos protocolos de segurança contra a COVID-19. Nos últimos e nos próximos dias, além das ações de combate ao vírus, Patrus e os demais parlamentares irão se dedicar a importantes debates acerca dos projetos de reforma da Previdência estadual, proposto pelo governador Romeu Zema (Novo).

Em entrevista exclusiva ao *Estado de Minas*, Agostinho Patrus falou sobre as reivindicações de sindicatos e entidades de classe sobre a Previdência. Revelou, ainda, suas expectativas para um ano eleitoral atípico, em meio à pandemia do novo coronavírus, e sobre o relacionamento do Legislativo com os demais poderes.

O senhor havia dado prazo de um mês para aprovação da reforma da Previdência na Assembleia. Essa expectativa está mantida?

Sim, fizemos durante a semana passada um debate muito amplo na Assembleia, quase 30 horas de discussão a respeito da reforma da Previdência. Solicitamos também aos sindicatos – e foram cerca de 40 que participaram, entre sindicatos e associações – que enviassem sugestões por escrito. Fizemos a compilação dessas informações e entregamos ao governo do estado e a cada um dos parlamentares. Agora, temos recesso de reuniões do plenário e imagino que vão se intensificar as negociações. Os parlamentares e o governo do estado vão estudar essas propostas e acho que esses próximos 10 a 15 dias vão ser de preparações de emendas. E também dos estudos técnicos pelo governo, para que no começo de agosto a gente possa retomar as discussões. Ainda falta o projeto tramitar na Comissão de Trabalho e Previdência da Casa. Em segui-

da, na Comissão de Fiscalização e, aí sim, o primeiro turno de votação do Projeto de Lei Complementar (PLC 46/20) em plenário. Falta também a aprovação do relatório da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55/20) na Comissão Especial. A nossa expectativa é que em meados de agosto a gente tenha a votação.

O senhor falou dos debates e seminário sobre a reforma. Houve manifestações e a casa recebeu um documento com considerações dos sindicatos. Como as entidades de classe têm recebido a proposta de reforma?

Elas têm recebido de forma muito positiva. São sugestões para o aperfeiçoamento do projeto para inclusão de novos artigos e exclusão de outros, para readequação dos percentuais de contribuição. Foi muito rico para a ALMG e acho também que para o governo. Um seminário muito produtivo que vai gerar resultados.

Sobre as contribuições que o senhor citou, sabemos que alguns sindicatos criticaram a proposta de alíquota progressiva e pedem a mudança dos percentuais. O que o senhor acha do sistema de alíquotas? Ante esses pedidos, pode haver alteração no modelo?

O que a gente sente na Assembleia é que há uma tendência por alíquotas progressivas. Os que ganham menos pagando percentual menor e os que ganham mais pagando percentual maior. Uma alíquota de 10% sobre um valor de R\$ 1 mil é diferente de valores maiores. Já tem a progressividade no aumento dos salários. Mas o que a gente sente é que os servidores que ganham menos – e há muitos que estão próximos de um salário mínimo – possam ter uma alíquota menor possível ou, pelo menos próxima da que é cobrada hoje pelo governo, que é de 11%. É um sentimento que eu tenho da Casa, mas vai depender muito das sugges-

ões, dos argumentos ditos durante o debate na Assembleia. Isso tudo muda a concepção dos deputados.

Como o senhor avalia as ações da Assembleia e do governo estadual para combater a pandemia de COVID-19?

Assim que começou, procurei o governador Romeu Zema e disse que a Assembleia se colocava à disposição para contribuir. Para que o Legislativo e Executivo fizessem um trabalho para que a população de Minas Gerais sofresse o mínimo possível. Estabelecemos votações remotas, com prazos reduzidos, pois sabíamos da necessidade de aprovação rápida de alguns projetos, para auxiliar o governo e as prefeituras nesse enfrentamento. Em seguida, os deputados remanejaram cerca de R\$ 300 milhões das suas emendas, que eram destinadas a obras de infraestrutura ou outras áreas, para que esse recurso fosse todo alocado na saúde. Votamos projetos importantes, como a abri-

gatoriedade do uso da máscara em Minas Gerais. Votamos também projetos que levam os Executivos municipais e estadual a remanejar os recursos e suplementar a área de saúde com seu orçamento. A Assembleia fez o seu papel no que tange à agilidade, à produtividade e também às emendas parlamentares. Além disso, cada deputado se dispôs a reduzir em 30% da verba indenizatória, o que gerou economia de R\$ 2 milhões que, através de um convênio, está sendo transferido à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para ações como consultas remotas, por telefone, desenvolvimento de um respirador de baixo custo e de equipamentos de proteção individual.

O senhor começou a última resposta dizendo que procurou o governador no início da pandemia. O retorno dele foi a contento?

Sim, ele agradeceu e solicitou que nós pudéssemos votar rapidamente o estado de calamidade, o que nós fizemos já na primeira semana. Tínhamos dado um prazo até o final de julho, condicionando a renovação desta situação a informações que foram repassadas à Assembleia durante esse tempo. O secretário de Saúde esteve duas ou três vezes na casa levando informações, assim como o presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig). Temos buscado também fiscalizar, porque sabemos que é o momento de gravidade, mas que precisa de fiscalização por parte do Legislativo.

Falando em fiscalização, temos visto casos de irregularidades na compra de material de combate à pandemia no Rio de Janeiro e no Amazonas. O senhor tem receio de que aconteça algo semelhante no nosso estado?

Até agora, não tivemos notícias disso. Mas sabemos que ocorreu uma procura maior sobre insumos, testes, máscaras. Nós consumidores sabemos o preço que está o álcool gel, a máscara, o quanto isso subiu. Temos que ter essa visão e fiscalizar para que não haja nenhum excesso. Mas acima de tudo entender que é difícil a compra de produtos que têm demandas maiores do que o esperado. Continuamos fiscalizando e o Tribunal de Contas também tem esse papel importante, na fiscalização do estado e dos municípios. Espero que nada disso aconteça e que os recursos sejam melhor usados, para ajudar as pessoas, médicos e enfermeiros que estão na linha de frente do combate.

”

A Assembleia fez o seu papel no que tange à agilidade, à produtividade e também às emendas parlamentares

● ● ●

É muito difícil fazer previsões num momento crítico como esse da pandemia em Minas Gerais. Temos quatro parlamentares infectados e há outros casos em investigação na casa

“

Falamos também do envio de recursos pelos parlamentares para os municípios. O senhor tem recebido retorno de como as ações de combate têm acontecido lá na ponta?

A fiscalização municipal passa pela Câmara de cada cidade, mas nos preocupa muito no interior de Minas o crescimento da pandemia em pequenas e médias cidades e também algumas regiões que atingiram quase 100% de ocupação dos leitos como aconteceu há 10 dias em Ipatinga.

Na prática da atividade legislativa, qual o balanço que o senhor faz desse período de votações remotas?

Muito positivo. A contribuição dos parlamentares foi muito efetiva. Aprovamos um número grande de projetos de lei que foram fundamentais. Tivemos também a fiscalização, recebemos secretários estaduais. Votamos a calamidade pública em 452 cidades, mais da metade do estado. Criamos um programa para repasse dos R\$ 300 milhões (bit.ly/3fL71Ar). Ano passado já tínhamos repassado ao estado, da economia da Assembleia, cerca de R\$ 50 milhões. Foi importante, porque fomos seguindo os protocolos científicos. Não expusemos os servidores. A assembleia recebia por dia, antes da pandemia, cerca de 6 mil pessoas, das mais diversas regiões. Tínhamos um risco grande de ser um polo de contaminação estadual e tomamos muito cuidado para que não acontecesse. Na produção legislativa, tivemos um número grande de projetos aprovados. Fizemos uma parte importante das tele-aulas, a TV Assembleia passou a levar as aulas do governo do estado e com isso oferecemos um novo horário para o aluno que não pôde assistir naquele horário que estava determinado na Rede Minas também poder assistir pela TV Assembleia.

Seguindo os protocolos científicos então, não há ainda nenhuma previsão de voltarem as atividades presenciais normais na Assembleia?

Temos que aguardar. Estamos na semana que foi colocada pelo governo do estado e pelos especialistas como a mais crítica. Imagino que as próximas também vão ser. Vamos continuar verificando o que está acontecendo para tomarmos decisões. É muito difícil fazer previsões num momento crítico como esse da pandemia em Minas Gerais. Temos quatro

parlamentares infectados e há outros casos em investigação na casa.

No mês passado, o senhor publicou uma carta em defesa da democracia e independência dos poderes. Surtiu efeito? De lá para cá, as relações melhoraram?

Acho que sim. Não temos essa dificuldade no estado. Temos um ótimo relacionamento com os poderes Judiciário e Executivo e também com o Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública. Mas tivemos momentos muito complicados de manifestações contra a democracia, contra as instituições e isso nos preocupa muito.

Como o senhor vê o adiamento das eleições municipais?

Num primeiro momento, algo inevitável. O país registra números expressivos de mortes e contaminações. Estaríamos agora fazendo convenções para eleições. Sem a menor possibilidade. Espero que essa pandemia se arrefeça nos próximos meses e possa ser possível a realização das eleições com tranquilidade e segurança para todos os envolvidos.

Como o senhor vê este ano eleitoral bastante atípico que devemos ter?

É difícil falar. Vamos ter campanhas normais, reuniões presenciais, comícios, carreatas? Ou vamos ter uma campanha remota, virtual, nas redes sociais? Não sabemos ainda. Vai depender disso para termos uma previsão melhor. É lógico que as redes sociais vêm ganhando importância nos últimos anos. Às vezes uma importância positiva, às vezes negativa por causa das fake news. Acredito que vão continuar cumprindo um papel importante nessas eleições. Se houver a necessidade ainda do distanciamento, com muito mais relevância.

Já que estamos falando em eleição, sabemos que falta bastante tempo, mas o senhor pensa em se candidatar novamente ao final do mandato?

Minha preocupação agora é ser um bom presidente da Assembleia. Compartilhar com meus colegas da Casa as votações que são importantes para o estado, dar a contribuição. O futuro a Deus pertence. Você imagina que, no sábado anterior à eleição, ninguém, nem o próprio governador Romeu Zema, acreditava que ele pudesse vencer. Então, com uma distância dessas, a gente fazer qualquer previsão é muito cedo.

Minas Gerais Publicações: Seinfra - 18.7.2020

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Extrato do Convênio nº 1301000885/2020. Partes: SEINFRA e o Município de São João da Ponte. Objeto: Reforma de Praças. Valor: R\$223.694,77. Dotação Orçamentária: 1301 15 451 071 4154 0001 444042 01 1 fonte 10.8. Vigência: 840 dias a partir da publicação. Assinatura: 16/07/2020. Processo SEI nº 1300.01.0001689/2020-15.

Extrato do Convênio nº 1301000884/2020. Partes: SEINFRA e o Município de Santa Rita de Caldas. Objeto: execução de Pavimentação com micro-revestimento asfáltico com emulsão modificada por polímeros. Valor: R\$152.827,52. Dotação Orçamentária: 1301 15 451 071 4154 0001 444042 01 1 fonte 10.8. Vigência: 840 dias a partir da publicação. Assinatura: 16/07/2020. Processo SEI nº 1300.01.0001952/2020-92.

Extrato do Convênio nº 1301000818/2020. Partes: SEINFRA e o Município de Sabará. Objeto: execução de pavimentação asfáltica em CBUQ Valor: R\$147.992,02. Dotação Orçamentária: 1301 15 451 071 4154 0001 444042 01 1 fonte 10.8. Vigência: 840 dias a partir da publicação. Assinatura: 16/07/2020. Processo SEI nº 1300.01.0001550/2020-82

Extrato do Convênio nº 1301000882/2020. Partes: SEINFRA e o Município de Montes Claros. Objeto: execução de pavimentação em CBUQ. Valor: R\$321.121,59. Dotação Orçamentária: 1301 15 451 071 4154 0001 444042 01 1 fonte 10.8. Vigência: 840 dias a partir da publicação. Assinatura: 16/07/2020. Processo SEI nº 1300.01.0004153/2020-29.

Extrato do Convênio nº 1301000883/2020. Partes: SEINFRA e o Município de Itinga. Objeto: construção de praça pública. Valor: R\$ 108.763,49. Dotação Orçamentária: 1301 15 451 071 4154 0001 444042 01 1 fonte 10.8. Vigência: 840 dias a partir da publicação. Assinatura: 16/07/2020. Processo SEI nº 1300.01.0001510/2020-95.

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS DE CONVÊNIO Extrato do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 1301001050/2017. Partes: SEINFRA e o Município de Rubelita. Objeto: Prorrogar a vigência do presente convenio até 04/04/2021. Assinatura: 16/07/2020. Processo SEI nº 1300.01.0005364/2020-21.

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº1301000599/2018. Partes: SEINFRA e o Município de Manhuaçu. Objeto: Reprogramação do convênio para adequação de projeto sem alteração do valor conveniado e Prorrogar vigência do convênio para 30/11/2020. Assinatura: 16/07/2020. Processo SEI nº 1300.01.0005395/2020-57.

TERMO DE CESSÃO DE USO Cedente: SEINFRA; Cessionário: Município de Araxá; Objeto: Cessão de um caminhão contra incêndio-CCI para viatura AC4, agente combinado, marca TRIEL-HT, modelo SCANIA/P 360 B 4x4, placa PUE 7602, Chassi: 9BSP4X400E3854875, RENAAM nº 01022142582 para utilização no Aeroporto de Araxá; Assinatura: 16/07/2020; Vigência: 5 (cinco) anos a partir da assinatura.